

MIGRAÇÕES PARA AS GRANDES CIDADES DO NORDESTE: INTENSIDADE E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS (*)

*Hélio A. de Moura (**)*



1. INTRODUÇÃO

No Nordeste, como de resto, no Brasil, as migrações internas vêm assumindo importância crescente. Por ocasião do último Censo, cerca de uma quinta parte da população regional se achava presente em municípios outros que não os de nascimento. As próprias diferenças entre as taxas de crescimento dos efetivos demográficos titularmente urbano e rurais das últimas décadas refletem a intensidade e sentido desses movimentos na Região.

O fenômeno migratório constitui, basicamente, uma redistribuição dos recursos humanos, decorrente de diferenças de oportunidade prevalentes em áreas distintas. Isto assume importância pelas múltiplas e complexas implicações e consequências de natureza mais variada, que se consubstanciam e/ou se refletem nos quadros demográfico, econômico e social, tanto das áreas de emissão como das áreas de recepção migratória.

Um tratamento compreensivo e abrangente da problemática migratória — sobretudo se se tem em vista oferecer subsídios à formulação de políticas de migrações internas — envolve, pois, a realização de investigações e análises interdisciplinares, de natureza quantitativa e qualitativa, que, considerando tanto a dimensão espaço como a dimensão tempo, desçam a causas, características do processo, efeitos e implicações diretas e indiretas permissivas à

(*) Trabalho apresentado no Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, realizado no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Fundação IBGE, de 29 de julho a 03 de agosto de 1974, e na Reunião de Bucarest, como parte dos "Anais do Encontro Brasileiro", que representou a contribuição brasileira ao "Ano Mundial da População".

(**) Constitui o documento um sumário de estudo preparado pelo autor e pelo Dr. José Olímpio Marques Coelho, da SUDENE, que integram a comissão Nordeste instituída pela Secretaria-Geral do Ministério do Interior para realização de pesquisas e estudos sobre Migrações Internas a nível dessa Região. Os conceitos e opiniões emitidos são, entretanto, de exclusiva responsabilidade do autor.

avaliação de benefícios e custos sociais relacionados com o deslocamento de populações.

Embora situado nesse quadro geral, o estudo que ora se apresenta tem uma conotação muito mais modesta. É de natureza exploratória e bastante descritiva. Nele se focalizam fluxos e características, e inferem-se algumas consequências demográficas dos movimentos migratórios para as principais áreas urbanas da Região, como primeiro passo para aprofundamento e para interpretações mais globais e generalizantes do fenômeno migratório.

As unidades de observação são os municípios núcleos das três áreas metropolitanas do Nordeste: Recife, Salvador e Fortaleza. A par da importância que quantitativamente assumem como áreas de concentração da população urbana, sua situação como focos econômica e socialmente mais dinâmicos inseridos nos quadros de referência de uma Região menos desenvolvida como o Nordeste, e de um País de tamanhas disparidades regionais como o Brasil, se associam à função que simultaneamente exercem como áreas receptoras e/ou emissoras de uma população que vem crescendo a ritmo rápido e para a qual, frequentemente, se admite não se virem expandindo com a mesma intensidade as oportunidades de emprego criadas no próprio Nordeste. Essas áreas vêm constituindo objeto de preocupações prioritárias por parte de algumas das mais importantes instituições e organismos do governo brasileiro. ⁽¹⁾

O período de cobertura é a década 1960/70. Os conceitos e métodos de estimativas adotados foram os que se fizeram possíveis em razão da indisponibilidade de informações básicas do Censo de 1970. A par com suas limitações, serão mencionados com maior detalhes em ocasião oportuna, ao longo do próprio texto, ou em notas de pé-de-página.

Desde já, vale, porém, referir algumas pontos importantes. Um primeiro é o de que o estudo somente se reporta ao último deslocamento feito pelo migrante, não cobrindo, portanto, toda a sua trajetória. Um outro é o de que também não capta as pessoas que imigraram nos municípios observados durante o período, mas que deles se retiraram anteriormente à data do último Censo. Finalmente, um terceiro diz respeito à consideração do Município-núcleo, ao invés da Região Metropolitana (como seria mais apropriado), para foco de observação. Isto está relacionado ao próprio conceito de migrante que, a partir do Censo, se centra na condição do indivíduo ser natural ou não do Município ou do Estado de residência em 1970. Para qualquer área de observação mais abrangente que o município e mais restrita que o Estado, iria se incorrer em superestimação do contingente migrante. No caso da área metropolitana, por exemplo, se incluiriam entre os migrantes os seus naturais residentes em municípios dessa área que não houvessem sido exatamente os de nascimento.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1. *Dados Básicos*

No Censo Demográfico de 1970 foram formuladas seis questões especificamente relacionadas com o tema Migrações Internas (formulário CD 1.01 — Boletim de Amostra), a saber: i) Unidade da Federação ou País Estrangeiro de Nascimento; ii) Município de Nascimento; iii) Tempo de Permanência na Unidade da Federação de Residência Atual; iv) Tempo de Permanência no Município de Residência Atual; v) Unidade da Federação ou País Estrangeiro de Residência Anterior; vi) Situação do Quadro Domiciliar de Residência Anterior: cidade ou vila; povoado ou quadro rural.

Mediante conjugação dessas informações é possível captar a última migração feita segundo a procedência (Estado e quadro de domicílio), naturalidade (Estado e Município) e local de residência (Município, Estado).

A partir de solicitação feita à Fundação IBGE, obtiveram-se tabulações especiais da sub-amostra do Censo de 1970 (fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Informática) que, classificando os contingentes residentes em cada um dos municípios considerados segundo a situação de naturalidade, apresentaram para os não-naturais cruzamentos simultâneos das seguintes informações: a) sexo e idade; b) procedência por Estado e quadro domiciliar; c) residência, por município (Recife, Salvador e Fortaleza); d) tempo de permanência no município de residência por ocasião do Censo (menos de 5 anos, 6 a 10 anos, 11 anos e mais) ⁽²⁾. Para efeito de comparação, obtiveram-se iguais cruzamentos com respeito aos contingentes naturais, com exceção, obviamente, dos que se referem nas alíneas "b" e "d".

2.2. *Principais Conceitos*

O contingente migrante foi conceituado como sendo constituído pelo conjunto de indivíduos não-naturais, cuja residência no município considerado tivesse passado a ocorrer a partir de um determinado instante do período ou sub-período de referência: década 1960/70 e/ou cada um dos seus dois quinquênios.

O grupo de controle foi representado pelo contingente não-migrante isto é, pelas pessoas residentes no próprio município de nascimento, mais os não-naturais residentes nesse local há mais tempo do que o do período ou sub-período de referência. ⁽³⁾

2.3. *Reconstituição dos Efetivos Residentes*

A fim de atenuar os efeitos exercidos pela mortalidade no tempo e melhorar a possibilidade de comparações homogêneas, reconstituíram-se os efetivos investigados em relação ao meio do período ou do sub-período.

Isto foi feito mediante a aplicação de relações de sobrevivência aos efetivos residentes por ocasião do último Censo. Dada a inexis-

tência de tábuas de mortalidade calculadas a nível da própria população brasileira, mas aceitando a recomendação da ONU de ser, mesmo nesses casos, sempre preferível alguma a nenhuma correção de tais efeitos ⁽⁴⁾, adotaram-se as relações de sobrevivência das tábuas-modelo dessa Organização correspondentes a níveis de esperança de vida ao nascer de 47 anos para os homens e de 52 anos para as mulheres, níveis estes estimados pela SUDENE como tendo sido os que prevaleceram para a população do Nordeste como um todo durante o último período intercensitário. ⁽⁵⁾

2.4. Relações Migratórias

No sentido de mensurar a intensidade das migrações para as áreas urbanas consideradas e destacar, em termos relativos, algumas das características demográficas mais importantes dos contingentes que nelas passaram a residir, calcularam-se as seguintes relações:

Relação de Intensidade Imigratória

$$M_{ij} = \frac{M_{ij, t+n}}{P_{j, t+n}} \cdot k$$

Esta relação expressa a proporção que a população da área "i" imigrada na área "j" representa sobre a população não-migrante residente nesta área, sendo ambas as populações referidas a um instante $t+n$ (meio do período ou sub-período). Na fórmula, k é uma constante, normalmente 100 ou 1.000.

Relação de Intensidade Emigratória

$$M_{ij} = \frac{M_{ij, t+n}}{P_{i, t}} \cdot k$$

A relação acima apresenta uma conotação probabilística, vez que representa a proporção das pessoas expostas ao risco de migrar (residentes na área de origem "i" no início "t" do período ou sub-período), sobrevivente à mortalidade e a novas migrações para outras áreas, que se achava residindo na área de recepção "j" no instante $t+n$ (meio do período ou sub-período considerado). A relação reflete, de certo modo, a atração que o local de destino exerce sobre a área de origem.

3. INTENSIDADE E CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CONTINGENTES IMIGRADOS

3.1. Aspectos Gerais

Estima-se para meio da década 1960/70 em cerca de 435 mil o número de pessoas que durante esse período se deslocaram e passa-

ram a residir no conjunto dos municípios do Recife, Salvador e Fortaleza (Tabela 1). Para cada grupo de cinco não-migrantes residentes nesse conjunto correspondeu um novo migrante no período.

Dentre os três municípios, Fortaleza foi o que recebeu maior número — cerca de 156 mil pessoas — correspondendo, em termos relativos, à proporção média de 24 migrantes por 100 não-migrantes. Ao município de Salvador e do Recife corresponderam contingentes de 152 mil e 126 migrantes, traduzidos, respectivamente, em proporções de 20 e de 16 migrantes por 100 não-migrantes.

A maioria dos migrantes que se radicou durante a década nesses municípios não procedeu diretamente de quadros rurais ⁽⁶⁾. A participação relativa das pessoas com domicílio anterior em quadros rurais atingiu apenas 14% no Recife, embora tenha-se situado em 22% em Salvador e em 36% em Fortaleza.

Tabela 1

Recife, Salvador e Fortaleza

Contingentes Migrantes e Não-Migrantes Residentes em Meio do Período Indicado, por Sexos e Quadros de Domicílio Anterior — 1960/1970
(Em Milhares)

DISCRIMINAÇÃO	MUNICÍPIOS		
	Recife	Salvador	Fortaleza
1. MIGRANTES			
1.1. Origem Urbana			
— Homens	40,5	54,2	45,0
— Mulheres	58,6	76,4	54,9
— Total	99,1	130,6	99,9
1.2. Origem Rural			
— Homens	9,8	8,8	25,0
— Mulheres	17,5	13,0	31,1
— Total	27,2	21,5	56,1
1.3. Total dos Migrantes			
— Homens	50,3	62,8	70,0
— Mulheres	76,0	89,4	86,0
— Total	126,3	152,2	156,0
2. NÃO-MIGRANTES			
2.1. Naturais			
— Homens	279,2	285,4	224,8
— Mulheres	313,8	303,0	259,8
— Total	593,0	588,4	484,6
2.2. Não-Naturais(*)			
— Homens	79,0	77,2	76,3
— Mulheres	105,3	93,8	88,4
— Total	184,3	171,0	164,7
2.3. Total dos Não-Migrantes			
— Homens	358,2	362,6	301,0
— Mulheres	419,1	396,9	348,2
— Total	777,3	759,5	649,2

Fontes dos dados originais: F. IBGE/IBI (Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970)

(*) Não-Naturais residentes no município anteriormente à data do Censo de 1960.

Parece fora de dúvida, entretanto, que proporção maior desses migrantes procedeu originariamente de quadros rurais. Nesse parecer, consideram-se, por um lado, as substanciais diferenças que, pelo menos nos últimos trinta anos, se vêm registrando nas taxas de crescimento dos efetivos demográficos urbanos e rurais do Nordeste (4,6% a.a. e 1,2% a.a. na década 1960/70, respectivamente); o fato de o crescimento dos 58 núcleos urbanos com mais de 20 mil habitantes vir-se mostrando geralmente mais dinâmico que o das cidades menores ⁽⁷⁾ e, finalmente, a própria estimativa de que, quando menos, os quadros rurais teriam liberado (ou expulsado) durante o período 1950/70 cerca de 3,5 milhões de pessoas — metade do crescimento do efetivo urbano desse período — para os quadros urbanos da própria região. ⁽⁸⁾

Assim, o que deve ocorrer realmente é certa “socialização” do migrante rural nordestino ao longo da sua trajetória, isto é, que a migração ocorre em etapas nas quais se devem incluir entre o campo e a metrópole regional alguma ou algumas vilas e cidades.

Cumpra também notar que as proporções antes mencionadas parecem apresentar associação inversa com o grau de urbanização (percentagem da população urbana) dos conjuntos de municípios periféricos das respectivas áreas metropolitanas em que se inserem os municípios-núcleos considerados ⁽⁹⁾. Pode ser indício de que os migrantes rurais que se radicam nos municípios das principais capitais têm como penúltimo estágio de residência os próprios municípios circunvizinhos.

A esse respeito convém observar que o crescimento demográfico da área metropolitana do Recife, a de maior grau de urbanização, vem ocorrendo mais intensamente na sua periferia. Supõe-se que esse crescimento periférico esteja associado tanto à própria condição econômica de grande parte do contingente migrante que demanda à capital pernambucana e, de resto, às outras principais cidades da Região, como à própria exiguidade do território em que se delimita administrativamente o município-núcleo e à valorização de terrenos centrais, bem situados, inacessíveis, pelo menos na fase inicial de adaptação, a grande parte das pessoas que se deslocam para a capital pernambucana.

É tanto mais notável que o maior intensidade relativa de crescimento nos quadros urbanos de municípios periféricos ao Recife tenha-se registrado em algumas vilas, como foram os casos de Muribeca dos Guararapes, Camaragibe, Cavaleiro, etc. O fato dessas vilas se localizarem, geralmente, entre o município-núcleo e as sedes dos municípios periféricos da área metropolitana, além de indicativo da conturbação que se processa, parece evidenciar a intensa procura por localização mais próxima do núcleo, onde se concentra o peso da infra-estrutura econômica e social e a clientela de serviços em torno da qual se supõe gravitar boa parte da população migrante.

Esse tipo de adensamento periférico, estatisticamente melhor verificável no caso da capital pernambucana, em razão, sobretudo, de o município-núcleo não mais contar praticamente com quadros rurais, também deve ser extensivo às áreas de Salvador e de Fortaleza, onde ainda estaria ocorrendo internamente nos próprios municípios-núcleos. Isto talvez explique, pelo menos em parte, a proporção maior de migrantes chegados a Salvador e Fortaleza que tiveram um quadro rural como penúltima etapa migratória (imigrações rurais-rurais).

Com respeito ao caso específico de Fortaleza, vale incluir duas outras considerações que também se devem relacionar à maior proporção de migrantes rurais encontrada nesse município. A primeira é a de que a proporção seria em parte reflexo da seca de 1970, pois, como se sabe, Fortaleza se localiza na costa, mas, simultaneamente, bastante próxima à zona semi-árida do Nordeste. Vale dizer, a capital cearense e seus municípios periféricos e/ou próximos sofrem o impacto mais direto de irregularidade pluvial. A outra é que, mesmo em situação de pluviosidade normal, seria admissível encontrar proporções mais elevadas de migrantes provindos de quadros rurais em Fortaleza do que no Recife ou em Salvador. Isto é suposto em vista de a área sob influência da capital cearense ser menos organizada sob um ponto-de-vista funcional urbano, com um número reduzido de cidades de porte médio, devendo apresentar em relação às duas outras metrópoles regionais maior peso de fluxos de natureza agrícola nos vínculos que mantém com o seu centro ⁽¹⁰⁾.

No tocante à composição por sexo, os dados da Tabela 1 permitem verificar ter sido substancialmente maior a proporção de elementos do sexo feminino entre as pessoas que imigraram durante o período 1960/70 nos municípios das três principais capitais da Região. Observando os contingentes não-migrantes residentes nesses municípios, verifica-se que os mesmos também se mostraram algo desfalcados de elementos do sexo masculino. Entretanto, a proporção de homens nesses contingentes, tanto a nível da população natural, como — no caso aqui de maior interesse — da população não-natural já residente há mais de 10 anos, se mostrou bem mais elevada que a dos contingentes que imigraram no último período intercensitário. Dessa forma, o fluxo migratório para as principais capitais da Região estaria se tornando mais ponderado por indivíduos do sexo feminino ou, talvez, estaria havendo, dentre os contingentes chegados às cidades da Região, propensão maior dos homens em relação às mulheres de prosseguirem seu trajeto em direção a outras áreas. Poderia, também, estar refletindo maior propensão dos homens a imigrar diretamente para fora da Região.

Vale mencionar que, pelo menos nos casos dos municípios de Recife e Salvador, as relações de masculinidade dos contingentes que neles imigraram durante a metade mais recente da década passada (cerca de 38%) se mostraram inferiores às dos contingentes

que o fizeram durante o primeiro quinquênio (40% no Recife e 45% em Salvador), e que estas não diferiram substancialmente das que se calcularam para as populações imigradas nesses municípios há mais de 10 anos. Entretanto, no caso de Fortaleza, a relação de masculinidade do contingente imigrado no sub-período 1960/65 foi de 42% contra a de 46% registrada para o quinquênio 1965/70. Por sua vez este percentual não diferiu substancialmente do que se registrou no mesmo município, tanto com respeito aos naturais residentes, como à população imigrada há mais de 10 anos. É admissível, porém, que a seca de 1970 tenha tido influência no que concerne à maior participação de indivíduos do sexo masculino no contingente que imigrou na capital cearense durante 1965/70.

Outra observação se refere ao fato de os efetivos migrantes procedentes de quadros rurais terem apresentado relações de masculinidade inferiores às dos que procederam de áreas urbanas: 36% contra 41% no caso dos efetivos que durante a década imigraram no Recife; 40% contra 42% no caso dos que se dirigiram para Salvador; e 44% contra 46% entre os que migraram para Fortaleza. As proporções mais altas de mulheres nos contingentes provindos de quadros rurais parecem constituir reforço à idéia de que esses fluxos se originaram em áreas relativamente próximas.

3.2. *Areas de Procedência*

A maioria dos migrantes residentes no Recife, Salvador e Fortaleza procedeu da própria Região Nordeste e, em particular, do respectivo Estado no qual se localiza cada um desses municípios de recepção. Assim, 96% dos que se deslocaram e permaneceram em Fortaleza durante o período 1960/70 procederam da Região, correspondendo a 84% do total a parcela dos que foram oriundos dos demais municípios do próprio Estado do Ceará. No caso de Salvador, ditas proporções atingiram a 93% e a 81% e, no Recife, a 91% e a 62%.

É bem verdade que, em razão do tipo de informação utilizada, nada existe que determine uma coincidência entre a última procedência e o local de naturalidade do migrante. É possível que pessoas com última procedência declarada em outro município do próprio Estado em que se achavam residindo por ocasião do último Censo, sejam naturais ou originárias de outras Unidades da Federação. Podem ter chegado ao município de recepção considerado após, pelo menos, mais de um deslocamento, dentre os quais o último se originou, na maioria dos casos, em um quadro urbano de um município que, seguramente, se localizou no mesmo Estado no qual se registrou a presença em 1970.

Feito a ressalva, cabe mencionar que, no caso de Salvador, apenas Sergipe foi o Estado da Região a aparecer com algum des-

taque como área de domicílio anterior, mesmo assim só participando com 5% do total de pessoas que imigraram no município da capital baiana. No caso de Fortaleza, a principal origem de migrantes de fora do Estado foi o Piauí, com uma participação que atingiu apenas a 3% do total.

Pelo menos com respeito mais especificamente aos municípios de Salvador e Fortaleza, como áreas de recepção migratória, não parece se ter revestido de muita importância durante a década 1960/70 o papel desempenhado pelas cidades patamares de outros Estados vizinhos, geralmente consideradas como sendo as capitais de tamanho médio e que exerceriam a função de "trampolins" imediatos para migrantes cujos destinos finais foram os dois mencionados municípios-núcleos de áreas metropolitanas. Esses dados parecem fortalecer a suposição de que os fluxos migratórios para fora da Região não tenham, durante a década 1960/70, utilizado com grande intensidade os dois citados municípios-núcleos como áreas de passagem.

Já a propósito do município do Recife, os dados disponíveis não permitem a esta altura do trabalho minimizar tanto como nos outros dois casos a possível importância dos supostos "patamares" localizados em Estados vizinhos a Pernambuco. Isto porque o contingente imigrado durante os anos sessenta no município da capital pernambucana mostrou-se algo diversificado quando classificado por Estados de domicílio anterior: 11% dos seus integrantes procederam da Paraíba, 7% de Alagoas, 5% do Rio Grande do Norte e 3% do Ceará.

Por sua vez, os dados da Tabela 2 permitem notar que, na segunda metade da década, a composição relativa dos contingentes migrantes passou a ser algo menos ponderada por pessoas procedentes da própria Região Nordeste. Isto é perceptível com relação a cada um dos três municípios de recepção considerados, e mais notável com relação a Recife e Salvador. O aumento na participação relativa de pessoas procedentes da Região Sudeste do País, entre a primeira e a segunda metades do decênio 1960/70, poderia estar sendo consequência do próprio programa de industrialização regional, com a importação de mão-de-obra e pessoal administrativo treinado naquela Região, ou retorno de nordestinos atraídos por oportunidades de emprego propiciadas, percebidas, esperadas ou supostas com relação à própria Região de nascimento. Parece também sintomática a observação de que o município da capital baiana, onde o referido programa estava assumindo maior ímpeto ⁽¹¹⁾, foi justamente o que apresentou redução na proporção de migrantes que declararam domicílio anterior no próprio Estado e aumento na importância relativa de efetivos procedentes de cada um dos demais Estados nordestinos.

Tabela 2

Distribuição Relativa dos Contingentes Não-Naturais Residentes por Ocasão do Censo de 1970 nos Municípios do Recife, Salvador e Fortaleza Segundo Regiões, Estados e Quadros de Domicílio Anterior
(Em % s/Total)

DOMICÍLIO ANTERIOR	PERÍODO DE MIGRAÇÕES					Não-Naturais Residentes há mais de 10 anos
	1960/65	1965/70	1960/70			
			Origem Urbana	Origem Rural	Total	
I - Recife						
I. REGIÃO NORTE	1,7	—	0,6	—	0,5	1,2
II. REGIÃO NORDESTE	94,4	90,1	89,4	98,2	91,2	97,3
— Maranhão	0,4	0,6	0,7	0,1	0,6	0,3
— Piauí	0,7	0,9	0,5	0,2	0,4	0,3
— Ceará	2,4	2,8	3,1	0,6	2,6	1,3
— Rio G. Norte	5,8	5,1	5,9	3,0	5,3	4,3
— Paraíba	14,0	9,6	10,8	11,1	10,8	14,9
— Pernambuco	60,1	62,0	57,3	78,4	61,8	67,7
— Alagoas	8,6	6,6	7,8	4,6	7,1	7,4
— Sergipe	1,7	1,2	1,6	0,2	1,3	0,2
— Bahia	0,7	1,4	1,5	0,1	1,2	0,7
III. REGIÃO SUDESTE	3,9	8,6	8,9	1,8	7,4	1,1
IV. REGIÃO SUL	—	1,0	0,9	—	0,7	0,4
V. REGIÃO CENTRO-OESTE	—	0,4	0,2	—	0,2	0,0
VI. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
II - Salvador						
I. REGIÃO NORTE	0,2	0,2	0,2	—	—	0,2
II. REGIÃO NORDESTE	96,4	91,5	92,4	99,7	93,4	97,8
— Maranhão	—	0,5	0,4	—	0,3	0,1
— Piauí	—	0,1	0,1	—	0,1	0,1
— Ceará	0,3	1,0	0,9	—	0,8	0,7
— Rio G. Norte	0,1	0,3	0,3	—	0,3	0,2
— Paraíba	0,3	1,0	1,0	—	0,8	0,7
— Pernambuco	1,3	3,0	2,8	1,8	2,6	1,9
— Alagoas	1,8	2,1	2,1	1,1	1,9	1,4
— Sergipe	3,7	6,3	6,1	1,5	5,4	7,9
— Bahia	88,9	77,3	78,8	95,3	81,2	84,9
III. REGIÃO SUDESTE	2,9	7,4	6,6	—	5,6	1,7
IV. REGIÃO SUL	0,1	0,7	0,5	0,3	0,5	0,2
V. REGIÃO CENTRO-OESTE	0,4	0,2	0,4	—	0,3	0,1
VI. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
III - Fortaleza						
I. REGIÃO NORTE	2,2	1,0	2,2	0,1	1,5	2,2
II. REGIÃO NORDESTE	97,3	95,4	93,8	99,8	95,9	96,7
— Maranhão	1,1	1,4	1,7	0,6	1,3	0,9
— Piauí	2,9	3,0	4,2	0,8	3,0	2,1
— Ceará	83,1	84,6	79,1	93,0	84,1	85,9
— Rio G. Norte	2,9	1,6	2,3	1,4	2,0	3,3
— Paraíba	2,6	1,9	2,9	0,9	2,2	3,2
— Pernambuco	4,3	1,9	3,0	2,0	2,7	0,9
— Alagoas	—	0,1	—	0,1	0,0	0,2
— Sergipe	—	—	—	—	—	—
— Bahia	0,5	0,8	0,5	1,0	0,7	0,1
III. REGIÃO SUDESTE	0,5	2,7	3,1	—	2,0	1,0
IV. REGIÃO SUL	—	0,6	0,5	0,1	0,4	0,0
V. REGIÃO CENTRO-OESTE	—	0,4	0,4	—	0,2	—
VI. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes dos dados originais: F. IBGE/IBI (Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1970).

Quanto ao município do Recife como área receptora de migrantes, ocorreu entre a primeira e a segunda metade do período 1960/70 redução na participação relativa de pessoas procedentes da Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Isto se observou a despeito da proximidade geográfica e da sensível melhoria ocorrida durante o período na qualidade das comunicações e do sistema viário que serve a esses três Estados e tem foco na capital de Pernambuco. Aquela ocorrência coincide e, em alguma medida, poderia estar associada à própria intensificação que se registrou no último decênio quanto ao ritmo de crescimento da população das respectivas capitais dos mencionados Estados: João Pessoa, Maceió e Natal ⁽¹²⁾. Suspeita-se que este crescimento esteja relacionado à maior disponibilidade de infra-estrutura econômica e social que passou a existir nessas cidades, cuja demanda era anteriormente suprida quase exclusivamente pela própria capital pernambucana. ⁽¹³⁾.

3.3. *Composição por Idade e por Sexo*

São extremamente jovens os contingentes migrantes que no último decênio se radicaram nos municípios das três grandes capitais do Nordeste. A parcela constituída por pessoas com menos de 20 anos de idade representou, em cada município investigado, quase três quintas partes do respectivo contingente, enquanto que a faixa dos que tinham menos de 25 anos de idade cobriu 70% a 72% dos mesmos totais.

Detalhando por grupos etários específicos, verifica-se que o maior número de migrantes se concentrou nas idades de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. A proporção de pessoas incluídas em cada um desses grupos etários quinquenais variou um pouco, favoravelmente a um ou a outro, segundo o município de residência, mas, para toda a faixa etária decenal, as proporções foram praticamente as mesmas no caso da população que imigrou no Recife e em Salvador (37%) e ligeiramente maiores que a registrada para Fortaleza (34%).

As pessoas com idades infantis (menos de 10 anos) representaram entre uma quinta parte e uma quarta parte dos efetivos migrantes.

A observação dos contingentes migrantes classificados por sexo não leva à identificação de diferenças substanciais quanto à participação das pessoas com menos de 20 anos de idade. Contudo, o nível de grupos etários abrangidos nessa faixa (proporção de pessoas classificadas entre 10 e 19 anos) mostrou-se sempre bem mais elevado entre as mulheres do que entre os homens. (Tabela 3). Com respeito ao contingente masculino, a maior concentração de idades ocorreu no tocante aos grupos de pessoas muito jovens, com menos de 10 anos de idade, que representaram em cada município de residência investigado perto de uma terça parte do contingente de migrantes do sexo masculino.

Tabela 3

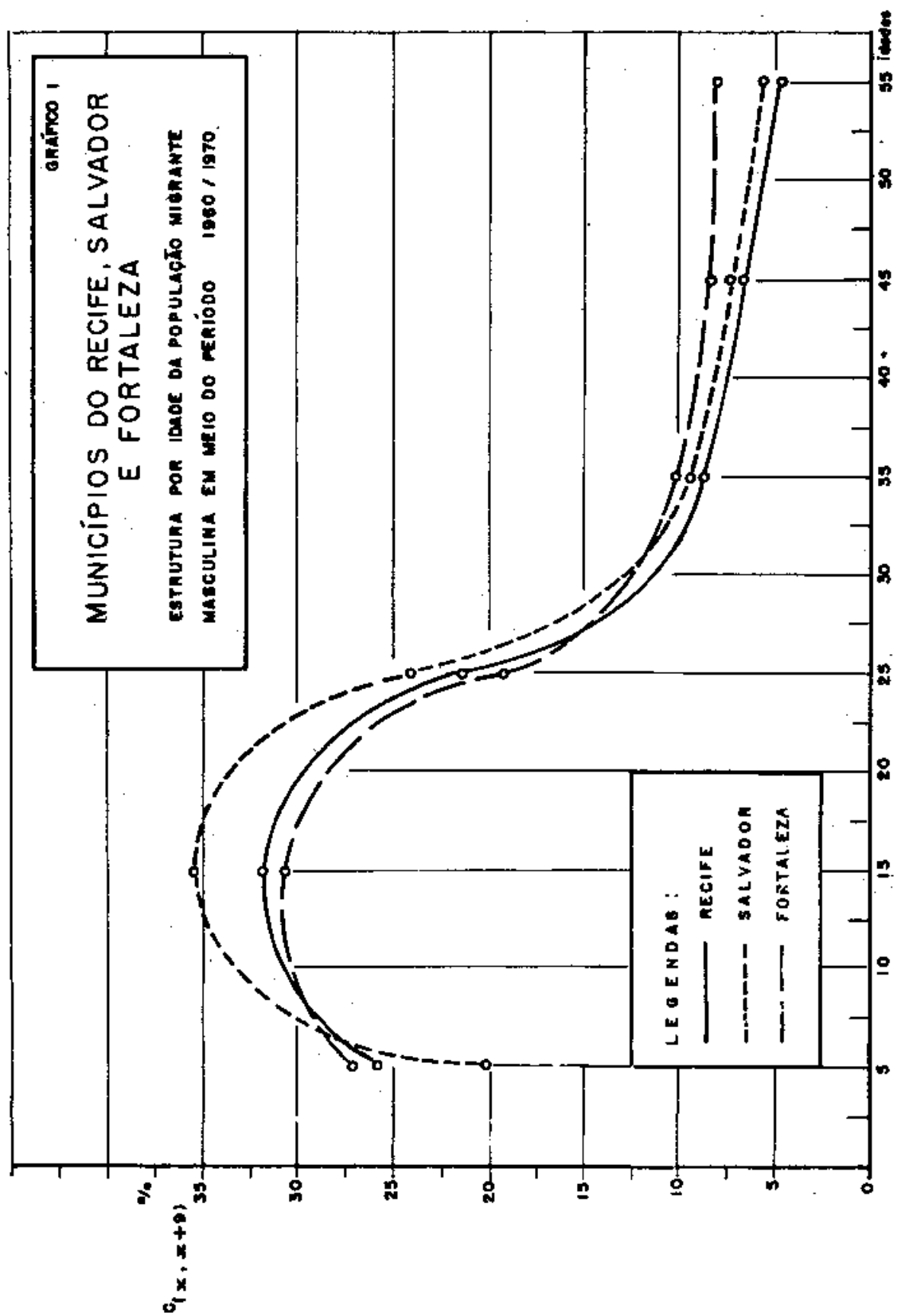
Municípios de Recife, Salvador e Fortaleza
Composição Etária dos Efetivos Migrantes, Não-Migrantes Residentes em Meio
do Período Indicado, por Sexos — 1960/1970

(% s/Total)

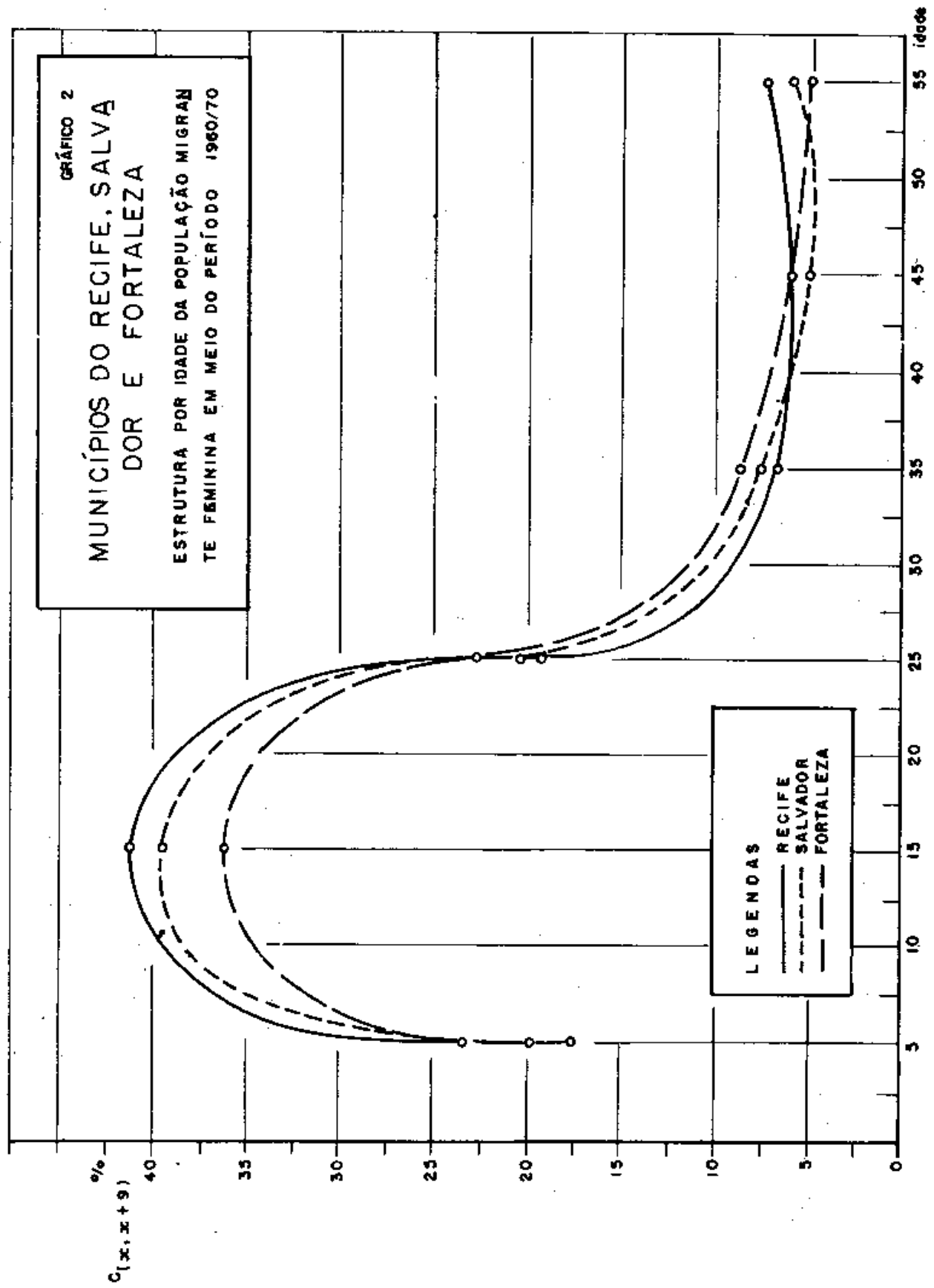
Grupos Etários (Em meio do Período)	RECIFE			SALVADOR			FORTALEZA		
	Migrantes (1960/1970)	Naturais Residentes	Não- Migrantes (*)	Migrantes (1960/1970)	Naturais Residentes	Não- Migrantes (*)	Migrantes (1960/1970)	Naturais Residentes	Não- Migrantes (*)
I — Sexo Masculino									
0-4	13,3	21,6	16,8	10,3	23,4	18,4	13,0	24,1	18,0
5-9	12,7	17,5	14,0	9,9	16,9	14,1	14,1	16,5	13,2
10-14	15,1	13,7	12,0	15,5	12,7	11,2	15,6	13,5	12,4
15-19	16,7	11,6	11,0	20,0	12,8	12,3	15,1	12,0	11,4
20-24	14,5	6,8	7,2	14,8	6,8	7,4	10,9	6,6	7,3
25-29	7,0	5,8	6,5	9,3	5,9	7,2	8,5	6,2	7,4
30-34	4,2	4,5	6,0	7,1	5,3	6,9	5,2	4,8	6,3
35-39	4,7	4,6	5,7	2,5	4,4	6,3	4,8	3,5	5,6
40-44	3,1	3,3	5,0	3,1	2,8	3,9	2,7	3,4	4,6
45-49	3,6	2,6	4,1	2,1	2,4	3,6	3,5	2,4	3,7
50 e mais	5,3	8,0	11,7	5,4	6,7	8,8	6,4	6,8	10,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
II — Sexo Feminino									
0-4	7,4	19,6	14,7	8,8	20,8	15,9	9,4	20,8	15,6
5-9	10,4	16,7	13,1	10,5	16,5	13,0	13,8	16,5	12,9
10-14	22,1	14,4	12,0	18,2	12,9	11,1	18,9	15,1	13,5
15-19	19,3	11,0	10,4	21,4	10,9	10,4	17,2	10,5	10,3
20-24	12,0	7,2	7,9	14,9	8,6	9,2	11,3	7,2	8,0
25-29	8,4	6,4	7,3	7,5	6,1	7,2	8,9	6,5	7,8
30-34	3,8	4,9	6,5	4,8	5,0	6,8	6,2	5,7	7,6
35-39	3,2	4,9	6,7	2,7	4,5	6,5	3,9	3,9	5,2
40-44	3,0	3,4	4,9	2,8	2,9	4,4	3,0	3,5	4,7
45-49	3,1	3,0	4,2	2,5	3,0	3,9	2,2	2,4	3,6
50 e mais	7,4	8,6	12,4	6,0	8,6	11,7	5,3	7,8	11,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
III — Ambos os Sexos									
0-4	9,7	20,5	15,7	9,4	22,1	17,1	11,0	22,3	16,7
5-9	11,3	17,1	13,5	10,3	16,7	13,5	14,0	16,5	13,0
10-14	19,3	14,1	12,0	17,1	12,8	11,2	17,4	14,4	13,0
15-19	18,3	11,3	10,7	20,8	11,8	11,3	16,3	11,2	10,8
20-24	13,0	7,0	7,6	14,9	7,7	8,3	11,1	6,9	7,6
25-29	7,8	6,1	6,9	8,3	6,0	7,2	8,7	6,4	7,6
30-34	3,9	4,7	6,3	5,7	5,2	6,8	5,8	5,3	7,0
35-39	3,8	4,8	6,2	2,6	4,5	6,4	4,3	3,8	5,4
40-44	3,0	3,4	4,9	2,9	2,9	4,2	2,9	3,5	4,6
45-49	3,3	2,8	4,2	2,3	2,7	3,8	2,8	2,4	3,6
50 e mais	6,5	8,3	12,1	5,7	7,7	10,3	5,8	7,4	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: F. IBGE/IBI — (Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970).

(*) Naturais Residentes mais Não-Naturais Residentes há mais de 10 anos contados a partir da data do Censo de 1970.



NOTA : Ajustamento feito a partir de dados por grupos etários decenais



Os gráficos 1 e 2 representam a composição etária e por sexo dos migrantes segundo municípios de residência. As curvas ajustadas ressaltam todas a extrema “juventude” desses efetivos. A concentração relativamente maior da população feminina em cidades mais jovens é facilmente identificável através da elevação mais pronunciada e menor raio da onda que caracteriza sua distribuição.

Os contingentes migrantes apresentaram, de maneira geral, estruturas mais jovens do que os contingentes não-migrantes. Com efeito, estes apresentaram proporções substancialmente menores de indivíduos com idades inferiores a 20 anos: entre 51% e 53%, conforme o município. Mesmo incluindo o grupo etário quinquenal seguinte, abrangendo pessoas entre os 20 e 25 anos, não se atingem entre os não-migrantes percentuais superiores a 59% (caso do Recife) e de 61% (casos de Fortaleza e Salvador), bem inferiores, portanto, aos que se verificaram para os respectivos contingentes migrantes.

Vale notar também que os não-migrantes — e mais notadamente os naturais residentes — apresentaram percentuais mais elevados que os migrantes com respeito a menores de 10 anos de idade. Isto se mostrou tanto mais notável com respeito ao primeiro grupo etário quinquenal (0-5 anos). A observação não deve estar isolada do próprio fato migratório, visto que, através do tipo de informação utilizada, filhos de migrantes nascidos após a mudança de residência dos pais são obviamente computados como não-migrantes. Contudo, é importante mencionar que, a partir da consideração de que a migração de crianças está condicionada ao acompanhamento aos pais, a ocorrência poderia estar indicando ser menor a propensão ao deslocamento para uma grande cidade de famílias ainda com filhos nas primeiras idades.

3.4. *Taxas de Imigração por Sexo e Idade*

A migração do período 1960/70 para os municípios das três grandes capitais do Nordeste se mostrou relativamente mais intensa com respeito à faixa etária dos 10 aos 29 anos (Tabela 4). Com relação ao primeiro intervalo decenal dessa faixa, a taxa de imigração atingiu para o meio desse período o elevado nível de 34 migrantes por grupo de 100 não-migrantes de mesma idade, residentes em Fortaleza e em Salvador, e de 27 migrantes por 100 não-migrantes residentes no Recife. Para o grupo etário dos 20 aos 29 anos, tais proporções foram de 30:100, em Salvador e em Fortaleza e de 23:100 no Recife.

Já com respeito ao intervalo etário decenal seguinte, isto é, o que classifica pessoas com 30 a 39 anos, as proporções descenderam em todos os três municípios de recepção, considerados, praticamente, aos mesmos níveis registrados para a população infantil (menos

de 10 anos de idade), níveis estes muito mais baixos mas, nem por isso, pouco expressivos: 12 a 13 migrantes por respectivo grupo etário de 100 não-migrantes residentes no Recife e em Salvador, e 20 migrantes por 100 não-migrantes residentes em Fortaleza. Os decréscimos nessa proporção se mostraram mais lentos com respeito aos grupos decenais seguintes. Na faixa etária congregando pessoas mais idosas (50 e mais anos), ainda se registraram no Recife, Salvador e Fortaleza proporções de 9, 11 e 13 migrantes por grupos de 100 não-migrantes, respectivamente.

Centrando a observação na composição por sexo, nota-se que, tanto no Recife como em Salvador, a migração considerada a nível de cada grupo etário foi relativamente mais intensa com respeito ao contingente feminino. Embora as diferenças entre as taxas calculadas a nível de um e de outro sexo não se tenha mostrado muito grandes no tocante à maioria dos grupos etários, elas foram bem agudas no que diz respeito ao grupo dos 10 aos 29 anos. No município de Fortaleza, com exceção dessa faixa etária, verificaram-se relações de intensidade imigratória sempre mais elevadas a nível do efetivo masculino.

Pela observação dos gráficos 3 a 5 verifica-se que o pico da curva representativa da intensidade migratória por idades ocorreu, com respeito ao contingente masculino, dos 20 aos 29 anos de idade ou, mais precisamente, dos 20 aos 24 anos, nos casos do Recife e Salvador, e dos 25 aos 29 anos, no de Fortaleza. Para as mulheres, a intensidade máxima se verificou com respeito ao grupo dos 10 aos 19 anos (na maioria dos casos, dos 15 aos 19 anos). Aparentemente, são nessas faixas que estão ocorrendo as mais significativas pressões diretas relacionadas com as migrações para os principais municípios nordestinos. Isto poderia ser efeito tanto de uma propensão maior por parte de pessoas de imigrarem nas principais cidades regionais ao atingirem essa faixa de idade, como e/ou simultaneamente, da emigração de naturais dessas cidades ocorrer mais intensamente também nesse mesmo intervalo etário. Talvez que o primeiro "efeito" seja relativamente mais expressivo. As próprias taxas elevadas que persistiram na última década com respeito ao crescimento da população dos municípios de observação considerados constituem bom indício a respeito ⁽¹⁴⁾. Admite-se, a propósito, que a elevada intensidade relativa registrada com respeito aos mencionados grupos etários esteja refletindo, em boa medida, a situação dos mercados de trabalho urbanos, notadamente, a oferta relativamente abundante de mão-de-obra não qualificada. Supõe-se, com respeito a mulheres, que estas basicamente se engajam ou procuram se engajar, ainda em idades bastante jovens, nos setores da prestação de serviços domésticos remunerados dos grandes centros urbanos, enquanto que boa parte do contingente masculino que migra se dedica ou procura se dedicar, em faixa de idades fisicamente mais habilitadas para o trabalho, a atividades de natureza mais variada, inclu-

sive na indústria da construção civil e, notadamente, em atividades autônomas ligadas aos setores do comércio de mercadorias e outros tipos de prestação de serviços.

Considerando as taxas de imigração por quadros domiciliares de procedência de migrante, não se verificaram alterações sensíveis nos padrões já descritos. Porém, as taxas de intensidades imigratórias dos contingentes de origem rural que imigraram em Fortaleza atingiram em todos os grupos etários níveis bastante superiores aos que se verificaram com relação a Recife e a Salvador. A proporção de migrantes de origem imediatamente rural residentes no município da capital cearense foi superior a 10 migrantes por 100 não-migrantes na faixa etária dos 10 aos 29 anos, a de maior intensidade migratória.

3.5. *Taxas de Emigração Segundo Áreas Emissoras*

As Tabelas 5 a 7 apresentam as taxas de emigração por principais áreas de procedência dos migrantes que se radicaram durante o decênio 1960/70 nos municípios das três principais cidades da Região.

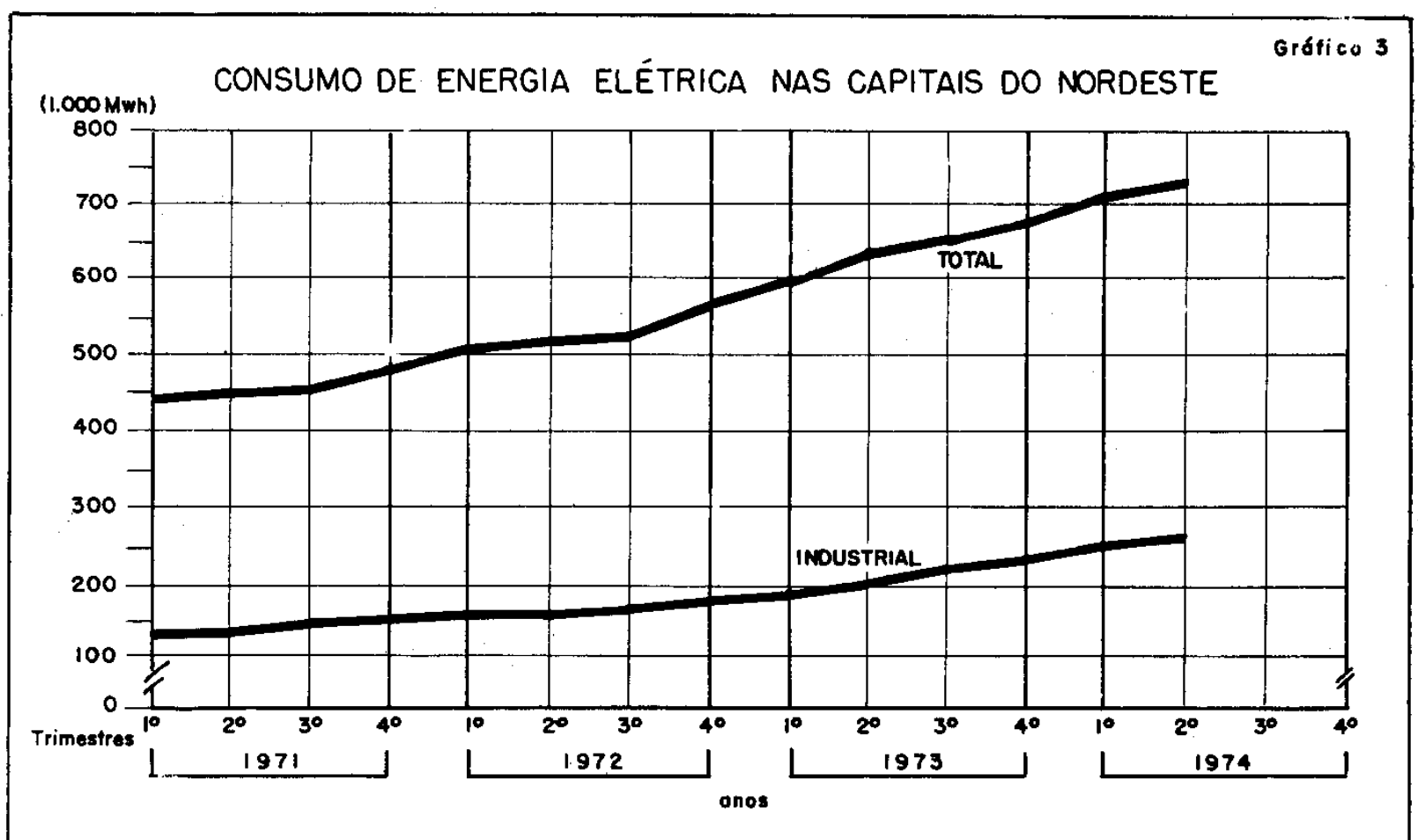
Ditas relações indicam que a maior probabilidade de um nordestino passar a residir no município de uma grande cidade da Região ocorra em idades bastante jovens. Como é possível observar, independentemente da área (Nordeste ou respectivo Estado no qual se situa o município de destino) ou quadro domiciliar de procedência (urbano ou rural), as relações mais elevadas que se registraram durante a década passada foram, com raras exceções, para as pessoas que em 1960 contavam entre 10 e 19 anos de idade. Durante o período, cerca de 25 dentre 1.000 pessoas com essas idades, que se achavam em 1960 presentes em todo o Nordeste ⁽¹⁵⁾, passaram a residir no conjunto de municípios das três principais cidades da Região. A partir da mencionada faixa etária, se mostraram sensíveis os decréscimos na referida proporção. Esta, quando calculada a nível de população total presente na Região em início do período, se situou em torno de 17 por mil.

As informações disponíveis também indicaram ser a referida probabilidade muito mais alta a nível do contingente urbano (39 por mil), do que a nível do contingente rural da população nordestina (6 por mil). Para a faixa etária dos 10 anos aos 19 anos, isto é, a das pessoas que se deslocaram em maior proporção, as diferenças foram ainda mais amplas; a relação atingiu a quase 60 por 1.000, para os residentes em quadros urbanos, e a apenas 9 por mil para os residentes em quadros rurais.

Tabela 4
Município de Recife, Salvador e Fortaleza
Taxas de Imigração (*) Segundo Quadros de Domicílio Anterior dos Migrantes, por
Sexo e Grupos Etários Decenais — 1960/1970
(Em % de Migrantes por Não-Migrantes)

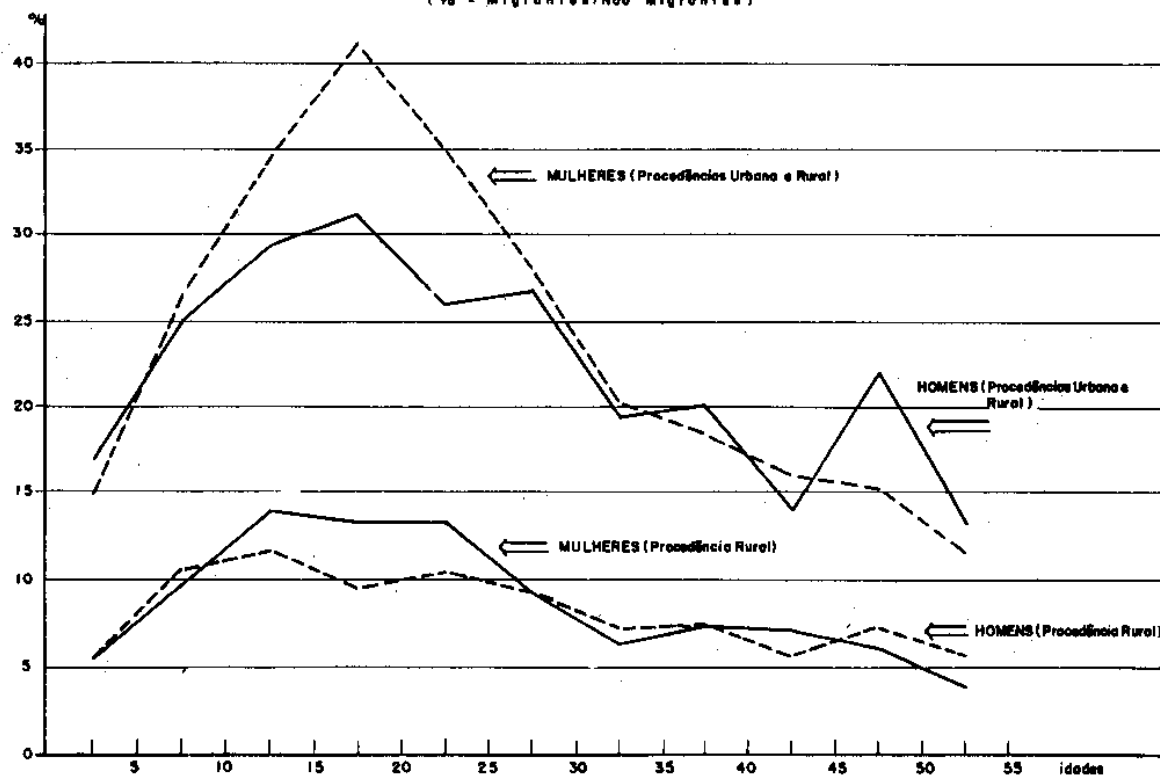
GRUPOS ETÁRIOS (*)	QUADROS DE DOMICÍLIO ANTERIOR DOS MIGRANTES								
	URBANO			RURAL			AMBOS		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
I — Recife									
0-9	9,2	9,5	9,3	2,6	2,2	2,4	11,8	11,6	11,7
10-19	15,9	24,7	20,6	3,4	8,8	6,3	19,3	33,5	26,9
20-29	18,3	18,5	18,4	3,7	5,9	5,0	22,0	24,4	23,4
30-39	8,2	7,3	7,7	2,5	2,3	2,4	10,7	9,6	10,1
40-49	8,6	10,1	9,4	1,6	2,1	1,9	10,3	12,2	11,3
50 e mais	4,8	9,2	7,2	1,6	1,6	1,6	6,4	10,8	8,8
Total	11,3	14,0	12,7	2,7	4,2	3,5	14,0	18,1	16,2
II — Salvador									
0-9	9,7	12,9	11,3	1,1	2,2	1,6	10,8	15,1	12,9
10-19	23,2	36,3	29,7	3,0	5,3	4,1	26,2	41,6	33,9
20-29	24,2	25,3	24,8	4,5	5,5	5,1	28,7	30,8	29,8
30-39	9,3	10,8	10,1	3,3	1,9	2,6	12,6	12,7	12,6
40-49	10,7	12,4	11,6	1,2	1,3	1,5	11,9	14,2	13,2
50 e mais	9,0	9,9	9,5	1,6	1,6	1,6	10,5	11,5	11,1
Total	14,9	19,3	17,2	2,4	3,3	2,8	17,3	22,5	20,0
III — Fortaleza									
0-9	13,0	13,0	13,0	7,9	7,6	7,8	20,9	20,6	20,8
10-19	19,5	24,5	22,1	10,6	13,4	12,1	30,1	37,9	34,1
20-29	16,6	20,5	20,7	19,8	11,2	10,6	26,4	31,7	29,5
30-39	12,5	12,5	12,5	7,3	6,9	7,4	19,7	18,4	19,6
40-49	11,4	9,0	10,1	6,5	6,7	6,6	18,0	15,4	16,6
50 e mais	8,7	7,7	8,2	5,7	4,0	4,8	13,5	11,7	13,0
Total	14,9	15,8	15,4	8,3	8,9	8,6	23,3	24,7	24,0

Fonte dos dados originais: F. IBGE/IBI (Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970)
(*) Em meio do período 1960/70.



MUNICÍPIO DE FORTALEZA
 TAXAS DE IMIGRAÇÃO SEGUNDO QUADRO DOMICILIAR DE PROCEDÊNCIA
 POR SEXO E IDADES — 1960 / 1970
 (% = Migrantes/Não Migrantes)

GRÁFICO 4



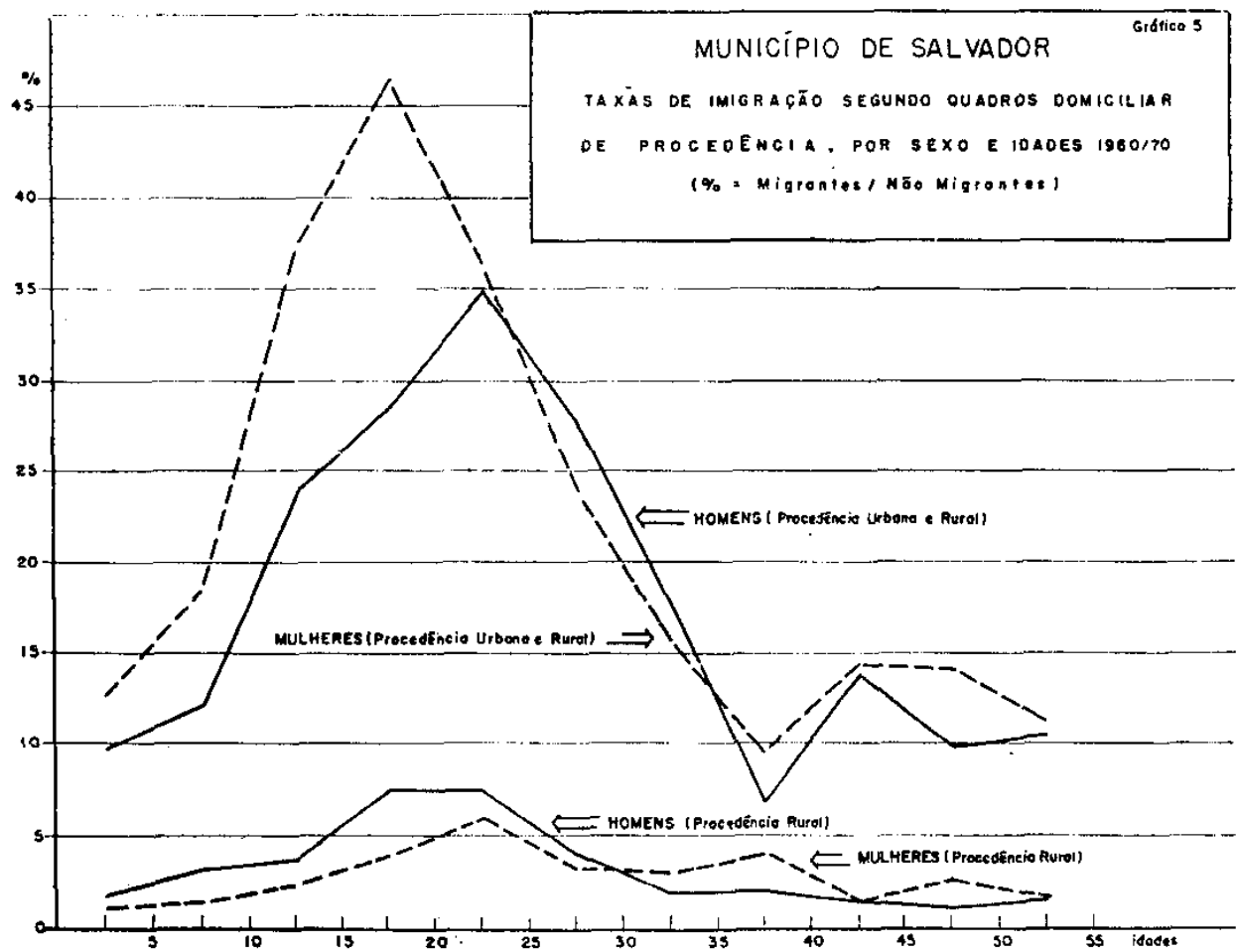


Tabela 5

RECIFE

Taxas de Emigração para o Município Segundo Áreas e Quadros Domiciliares
de Procedência, por Sexos e Idades — 1960/1970
(Migrantes/1.000 Pessoas)

ÁREAS E QUADROS DE PROCEDÊNCIA	GRUPOS DE IDADES					
	0-9	10-19	20-29	30-39	40 e mais	Total
I — Homens						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	9,8	15,5	7,1	8,0	5,0	9,6
1.2. Quadros Rurais	1,1	1,3	1,2	0,8	0,8	1,1
1.3. Ambos	3,6	5,6	3,1	3,1	2,1	3,6
2. ESTADO DE PERNAMBUCO (2)						
2.1. Quadros Urbanos	38,4	64,0	27,0	31,7	20,0	38,1
2.2. Quadros Rurais	5,6	6,6	6,3	4,2	3,8	5,5
2.3. Ambos	15,1	23,2	13,1	12,9	8,6	15,2
II — Mulheres						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	17,6	18,6	9,9	7,6	8,6	13,5
1.2. Quadros Rurais	2,5	3,6	1,6	1,3	1,0	2,2
1.3. Ambos	6,8	8,6	4,7	3,7	3,8	6,0
2. ESTADO DE PERNAMBUCO (2)						
2.1. Quadros Urbanos	80,4	82,9	38,3	32,0	40,8	59,0
2.2. Quadros Rurais	13,0	18,3	8,6	6,6	5,2	15,3
2.3. Ambos	31,6	39,2	20,2	15,8	17,2	27,1
III — Total						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	13,7	17,2	8,7	7,8	7,0	11,7
1.2. Quadros Rurais	1,8	2,4	1,4	1,1	0,9	1,6
1.3. Ambos	5,2	7,1	3,9	3,3	3,0	4,8
2. ESTADO DE PERNAMBUCO (2)						
2.1. Quadros Urbanos	58,7	74,3	33,7	31,8	31,1	99,3
2.2. Quadros Rurais	9,3	12,5	7,5	5,4	4,5	8,5
2.3. Ambos	23,3	31,4	17,0	14,4	12,9	21,3

(1) Inclusive Estado de Pernambuco (menos município do Recife)

(2) Exclusive município do Recife.

NOTA: As taxas foram obtidas mediante relacionamento entre os migrantes procedentes da área e quadro domiciliar indicados (estimados em meio do período 1960/70 no intervalo etário $x + 5$, $x + 9$) e a população da área e quadro considerados residente em início do período (1960) com idades incluídas no intervalo $(x, x + 4)$.

Tabela 6

SALVADOR

Taxas de Emigração para o Município Segundo Áreas e Quadros Domiciliares
de Procedência, por Sexos e Idades — 1960/1970
(Migrantes/1.000 Pessoas)

ÁREAS E QUADROS DE PROCEDENCIA	GRUPOS DE IDADES					Total
	0-9	10-19	20-29	30-39	40 e mais	
I — Homens						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	13,5	27,1	15,4	6,0	6,1	13,6
1.2. Quadros Rurais	0,6	1,9	1,4	1,4	0,5	1,1
1.3. Ambos	4,2	8,1	5,9	2,9	2,3	4,9
2. ESTADO DA BAHIA (2)						
2.1. Quadros Urbanos	51,4	91,3	79,8	27,6	26,5	58,8
2.2. Quadros Rurais	2,1	6,8	5,1	5,1	1,7	3,9
2.3. Ambos	14,9	28,7	21,6	10,8	8,1	17,5
II — Mulheres						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	21,6	28,2	13,1	8,8	8,1	17,4
1.2. Quadros Rurais	1,2	3,2	1,1	0,9	0,9	1,6
1.3. Ambos	7,1	11,7	5,6	3,8	3,6	6,9
2. ESTADO DA BAHIA (2)						
2.1. Quadros Urbanos	89,6	115,2	59,4	39,1	35,1	74,5
2.2. Quadros Rurais	4,6	11,8	4,2	3,3	3,4	5,9
2.3. Ambos	25,0	41,5	20,2	13,8	13,2	24,9
III — Total						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	17,5	25,3	14,1	7,6	7,2	15,6
1.2. Quadros Rurais	0,9	2,5	1,3	1,2	0,7	1,4
1.3. Ambos	5,6	9,9	5,7	3,4	2,9	5,9
2. ESTADO DA BAHIA (2)						
2.1. Quadros Urbanos	73,6	104,0	64,2	34,0	31,2	67,2
2.2. Quadros Rurais	3,3	9,3	4,6	4,2	2,5	4,9
2.3. Ambos	19,9	35,2	20,9	12,3	10,6	21,3

(1) Inclusive Estado da Bahia (menos município de Salvador)

(2) Exclusive município de Salvador

NOTA As taxas foram obtidas mediante relacionamento entre os migrantes procedentes da área e quadro domiciliar indicados (estimados em meio do período 1960/70 no intervalo etário $x + 5$, $x + 9$) e a população da área e quadro considerados residente em início do período (1960) com idades incluídas no intervalo $(x, x + 4)$.

Tabela 7

FORTALEZA

Taxas de Emigração para o Município Segundo Áreas e Quadros Domiciliares de Procedência, por Sexos e Idades — 1960/1970
(Migrantes/1.000 Pessoas)

ÁREAS E QUADROS DE PROCEDENCIA	GRUPOS DE IDADES					
	0-9	10-19	20-29	30-39	40 e mais	Total
I — Homens						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	11,4	15,2	10,9	8,0	6,5	10,9
1.2. Quadros Rurais	3,5	3,1	3,1	2,7	2,0	3,0
1.3. Ambos	5,7	6,9	5,7	4,4	3,4	5,5
2. ESTADO DO CEARÁ (2)						
2.1. Quadros Urbanos	102,2	149,8	119,0	84,3	66,9	107,7
2.2. Quadros Rurais	20,8	19,6	18,8	17,7	12,7	18,5
2.3. Ambos	36,6	46,1	39,0	32,3	24,1	36,6
II — Mulheres						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	16,2	16,8	12,2	7,1	5,1	12,3
1.2. Quadros Rurais	4,5	4,7	3,5	3,2	1,9	3,8
1.3. Ambos	7,9	8,9	6,7	4,6	3,1	6,7
2. ESTADO DO CEARÁ (2)						
2.1. Quadros Urbanos	147,9	165,2	129,9	77,9	60,7	124,5
2.2. Quadros Rurais	27,5	30,1	22,1	20,8	12,0	23,8
2.3. Ambos	51,0	61,8	47,7	34,7	24,5	46,8
III — Total						
1. NORDESTE (1)						
1.1. Quadros Urbanos	13,8	16,0	11,6	7,5	5,7	11,7
1.2. Quadros Rurais	4,0	3,9	3,3	2,9	2,0	3,4
1.3. Ambos	6,8	7,9	6,2	4,5	3,3	6,1
2. ESTADO DO CEARÁ (2)						
2.1. Quadros Urbanos	125,0	157,8	125,2	80,9	63,5	116,7
2.2. Quadros Rurais	24,1	24,8	20,5	19,3	12,4	21,2
2.3. Ambos	43,8	54,0	43,6	33,7	24,3	41,7

(1) Inclusive Estado do Ceará (menos município de Fortaleza)

(2) Exclusive município de Fortaleza.

NOTA As taxas foram obtidas mediante relacionamento entre os migrantes procedentes da área e quadro domiciliar indicados (estimados em meio do período 1960/70 no intervalo etário $x + 5$, $x + 9$) e a população da área e quadro considerados residente em início do período (1960) com idades incluídas no intervalo (x , $x + 4$).

Também se observaram intensidades de emigração mais altas entre as mulheres (20 por mil) do que entre os homens (14 por mil).

Detalhando a observação por municípios de destino, verifica-se ter sido Salvador aquele que interessou em proporção mais alta à população que, em 1960, se achava presente no conjunto dos quadros urbanos do Nordeste (16 por mil). Nos casos de Recife e de Fortaleza, tais proporções se situaram em torno de 12 por mil. Observando também por sexo, verifica-se que, de cada 1.000 homens presentes em 1960 no conjunto das cidades e vilas da Região, cerca de 14 passaram a residir em Salvador, contra apenas 11 em Fortaleza e 10 no Recife. Para o contingente feminino, as proporções se situaram em torno de 17 por mil, no caso de Salvador, 14 por mil, no do Recife e 10 por mil, no de Fortaleza.

A nível da população rural, a maior intensidade relativa se registrou em direção a Fortaleza, município para o qual, mesmo assim, apenas se deslocaram cerca de 3 por mil pessoas radicadas em 1960 nos quadros rurais de todo o Nordeste.

Considerando conjuntamente os quadros urbanos e rurais da Região como um todo, observa-se que, durante a década passada, cerca de 61 indivíduos de cada grupo de 10.000 pessoas presentes no início do período passaram a residir em Fortaleza, 59 em Salvador e 48 no Recife. Seguindo essa ordem de citação das cidades, ditas relações se situaram, para o contingente masculino, em 55, 49 e 36 migrantes por 10.000 pessoas e, para o feminino, em 67, 69 e 60.

Especificando cada município receptor segundo o seu principal Estado emissor ⁽¹⁶⁾, é possível verificar que cerca de 12% da população urbana presente em 1960 no Ceará, equivalendo a 117 pessoas por grupo de 1.000, passaram desde então a residir no município da capital. A nível da população rural, esse percentual se situou em cerca de 2% e, para o conjunto de ambos os quadros, em pouco mais de 4%.

Quanto a Salvador e Recife, interessaram como municípios de recepção a 2% e a 1% das populações presentes em 1960 nos seus respectivos Estados. Destaca-se, entretanto, a importância relativamente mais acentuada que, comparativamente ao Recife (49 por mil), Salvador assumiu como centro receptor de população urbana (67 por mil) do respectivo Estado. Obviamente, o oposto ocorre com respeito aos contingentes rurais. Em nenhum dos casos, porém, os mencionados municípios interessaram como destino direto sequer a 1% das populações rurais dos seus respectivos Estados.

4. SUMÁRIO E CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

4.1. O estudo apresenta a quantificação e as características demográficas dos contingentes que imigraram nos municípios-núcleo das três áreas metropolitanas do Nordeste — Recife, Salvador e

Fortaleza — durante a década 1960/70 e segundo cada um dos seus respectivos quinquênios.

O grupo de controle é representado pelo contingente não-migrante ⁽¹⁷⁾, com relação ao qual se observa a existência ou não de distinções nas características dos contingentes imigrados, e se calculam taxas de intensidade imigratória específicas por sexo e idade, com o fim de mensurar a repercussão relativa diretamente exercida pela migração interna sobre as populações das áreas de destino. Paralelamente, calculam-se taxas de intensidade emigratória relacionadas às populações das áreas de procedência, com vistas a obter alguma medida da atração que o local de destino exerce sobre a origem.

Os conceitos e métodos de estimativa adotados foram os que se fizeram possíveis em razão das disponibilidades de informações básicas do Censo Demográfico de 1970.

Não obstante a sua natureza descritiva e limitações várias, que são mencionadas ao longo do próprio texto, espera-se que o trabalho possa constituir um primeiro passo para o conhecimento dos fluxos migratórios internos que se estão orientando para as principais cidades do Nordeste, e venha a oferecer subsídios e elementos de apoio a análises mais incisivas sobre tais deslocamentos que, certamente, se lhe seguirão.

4.2. O exame dos dados do último Censo revela não somente a importância direta que, quantitativamente, as migrações representaram sobre o crescimento demográfico 1960/70 dos municípios de Recife, Salvador e Fortaleza, mas, também, a extrema juventude dos imigrantes e a elevada proporção de mulheres de que são constituídos esses contingentes.

Atingiu a quase 435 mil o número de pessoas imigradas durante o decênio no conjunto desses municípios, correspondendo a uma intensidade relativa de, aproximadamente, 1 migrante por grupo de 5 não-migrantes residentes. Dentre os municípios de residência observados, Fortaleza foi o que apresentou intensidade imigratória mais elevada, registrando-se uma proporção de 24 migrantes por 100 não-migrantes. Em Salvador e no Recife, tais proporções corresponderam a 20 e a 16 migrantes por 100 não-migrantes, respectivamente.

Cerca de 58% dos migrantes foram do sexo feminino, três quintas partes tiveram menos de 20 anos de idade e 70% menos de 25 anos.

Importa ainda ressaltar a participação ligeiramente maior que, a nível do contingente feminino, se observa com respeito às pessoas incluídas na faixa que se estende até esses limites de idades. A nível de grupos etários específicos, o maior percentual de migrantes

masculinos se concentra, porém, na faixa de pessoas com menos de 10 anos de idade; enquanto que, entre as mulheres, na dos 10 aos 19 anos.

4.3. Desde que o deslocamento de pessoas com menos de 10 anos de idade deve estar sobretudo vinculado ao motivo de acompanhar os pais, a distribuição etária e por sexo dos contingentes imigrados parece indicar: a) a importância que assumem as migrações de famílias numerosas e com substancial proporção de pessoas incluídas nas primeiras idades; b) o maior peso relativo que, comparativamente ao do contingente masculino, devem exercer no das mulheres as migrações de indivíduos isolados, sobretudo na faixa de idades juvenis.

Essas observações, conjugadas à de que as proporções de mulheres nos contingentes migrantes são geralmente maiores nos municípios das áreas metropolitanas que apresentam maiores índices de urbanização, conduzem à idéia de que a estrutura etária e por sexo poderia estar refletindo a absorção de mão-de-obra feminina jovem e não qualificada por setores urbanos mais “tradicionais” da atividade terciária, notadamente o que inclui a prestação de serviços domésticos remunerados. Esse setor urbano de prestação de serviços domésticos remunerados, refratário ao trabalho masculino, bem pouco exigente quanto aos requerimentos de mão-de-obra qualificada, mas permissivo ao estabelecimento de vínculo, contactos e relacionamentos com pessoas incluídas em níveis mais altos de instrução e renda, deve funcionar como importante estágio para a “ambientação” urbana (inclusive educacional) e para facilitar o posterior engajamento no trabalho da fábrica ou de um outro setor mais “nobre” da atividade terciária ⁽¹⁸⁾. Deve-se considerar também o importante papel que o setor de prestação de serviços domésticos remunerados das grandes cidades da Região pode estar exercendo como estágio migratório para mulheres que se deslocam a distâncias mais longas, como S. Paulo e Rio ⁽¹⁹⁾.

4.4. Os migrantes residentes em Salvador e em Fortaleza procederam em sua grande maioria dos próprios Estados dos quais essas cidades são capitais. Assim, pelo menos em relação ao período 1960/70, é possível quase descartar no caso dessas cidades e reduzir bastante, no caso do Recife, a importância que geralmente se supõe ser assumida por capitais e cidades de tamanho médio situadas em Estados vizinhos como “patamares”, interessando a migrantes que têm como destino uma das metrópoles regionais.

Isto poderia estar associado ao que ocorreu durante a última década afetando o crescimento demográfico de algumas cidades médias, cujo ritmo se mostrou mais dinâmico que o dos centros metropolitanos aos quais estão hierarquicamente subordinados (caso de Feira de Santana em relação a Salvador, Teresina em relação a

Fortaleza, João Pessoa, Natal, Maceió em relação a Recife, entre outras). ⁽²⁰⁾

A disponibilidade relativamente maior de infra-estrutura econômica e social com que passaram a contar tais cidades na última década (estabelecimentos de educação de níveis médio e superior são casos típicos) poderia já estar apresentando algum efeito sobre o ritmo de crescimento dos centros urbanos maiores. Também as próprias melhorias nos sistemas viários e nos meios de comunicações poderia estar simultaneamente contribuindo para propiciar aos contingentes migratórios um potencial conhecimento mais perfeito sobre oportunidades de educação, de emprego, etc... com respeito a um elenco também mais amplo de cidades. É sintomático, realmente, que os índices de primazia urbana regional calculados a nível 2, 3, 6 e 9 maiores cidades tenham-se reduzido bastante se comparados aos níveis atingidos em 1950 e, sobretudo, em 1960. ⁽²¹⁾

4.5. Entretanto, não existem elementos para aferir a importância desses supostos "patamares" — neles incluídos também os centros metropolitanos da Região — com respeito a migrações que ocorrem para fora do Nordeste. Geralmente se suspeita que assumem importância não desprezível e, além disso, que funcionam como etapa de "estágio probatório" seja para a aquisição de níveis mais elevados de instrução, seja para melhor conhecimento das oportunidades existentes nos mercados de trabalho do Centro-Sul.

Note-se, por oportuno, que, entre a primeira e a segunda metades da década passada, a taxa de intensidade imigratória para o conjunto dos municípios do Recife, Salvador e Fortaleza se elevou de 73 para 125 por 1.000 não-migrantes ⁽²²⁾. Essa intensificação foi relativamente mais significativa no que diz respeito ao município do Recife, onde a respectiva proporção se elevou de quase 90% (de 56 para 106 migrantes por 1.000 não-migrantes). No município de Fortaleza, a elevação foi de quase 70% (de 88 para 149 migrantes por 1.000 não-migrantes) e no de Salvador de 58% (de 78 para 123 migrantes por 1.000 não-migrantes). É possível que essas elevações estejam em alguma parcela e, mais notadamente no caso de Fortaleza, associadas à seca de 1970. Contudo, não parece razoável, no caso das duas outras cidades investigadas, atribuir à seca de 1970 a maior responsabilidade nessa elevação. Se os referidos incrementos estiveram sequenciando uma tendência manifesta já no decênio 1950/60, a partir da consideração de que as taxas de crescimento demográfico desses municípios declinaram entre os anos cinquenta e sessenta, seria possível inferir sobre a ocorrência de uma certa rotatividade e/ou substituição de população não-migrante dessas cidades por população migrante. Nesses casos, o ingresso líquido desta estaria se processando a ritmo relativamente mais lento que o da não-migrante.

4.6. Como informação adicional, vale mencionar que, entre os dois quinquênios, também se verificaram aumentos na proporção da população migrante incluída nos grupos etários mais jovens, isto é, de pessoas com menos de 20 anos de idade. Estes aumentos foram mais notáveis com relação à parcela feminina. As elevações nas taxas de intensidade migratórias se verificaram com respeito a cada um dos grupos etários quinquenais em que se classificou a população. No de 10 a 15 anos, que congrega a maior proporção de migrantes, se registraram os maiores incrementos, tendo as respectivas taxas da intensidade imigratória praticamente dobrado entre a primeira e a segunda metade da década passada.

4.7. De cada grupo de 10.000 nordestinos presentes na Região em início do período 1960/70, 61 passaram a residir durante a década no município de Fortaleza, 59 em Salvador e 48 no Recife. A probabilidade de um nordestino passar a residir numa das três grandes cidades da Região é mais elevada para indivíduos ainda bastante jovens (10 a 19 anos), para os quais a proporção durante o período 1960/70 foi de 250 por 10.000.

As informações também indicaram ser a probabilidade de deslocamento mais alta a nível do contingente urbano (390 por 10.000) do que do rural (60 por 10.000), do feminino (200 por 10.000) do que do masculino (140 por 10.000).

4.8. Face ao volume e à distribuição etária e por sexo dos contingentes que imigraram nos municípios das grandes cidades, pressões adicionais bastante acentuadas já devem se ter feito sentir na última década sobre os mercados de trabalho urbanos. Da tendência da população dos grandes centros em se tornar mais rejuvenescida — via migrações internas — pressões relativamente mais significativas se farão sentir sobre o sistema educacional implantado nessas cidades.

4.9. Essa tendência de rejuvenescimento, a par com a da população se tornar algo mais ponderada por pessoas de sexo feminino, leva a esperar, por seu turno, reduções a mais longo prazo nos índices da fecundidade feminina.

Em primeiro lugar, o fato de as pessoas estarem migrando em idades muito jovens (anteriores ou apenas incluídas nos primeiros grupos etários prolíficos) pode ser fator a contribuir mais facilmente para o rompimento com valores rurais sobre tamanho da família, estabelecidos quer em razão de tradição — inclusive, de natureza religiosa — quer por condicionamento a fatores de natureza mais econômica. Em segundo lugar, compete observar os desequilíbrios via migrações internas nas razões de masculinidade da população dos grandes centros urbanos da Região, o que deve contribuir para a redução dos índices de fecundidade feminina nessas cidades mediante reduções na própria nupcialidade da população classificada por grupos etários.

Um ponto a considerar, embora carecendo de maior exame à luz de dados que futuramente estarão disponíveis, diz respeito à suposição de ser a prestação de serviços domésticos remunerados um dos mais importantes setores de absorção de mão-de-obra feminina que migra para as grandes cidades. Esta atividade, no marco institucional da Região, deve ser bastante refratária ao emprego da mulher com filhos.

4.10. Finalmente, há que situar a própria tendência de a população nordestina mais e mais se concentrar, via migrações internas, nas faixas de cidades maiores ⁽²³⁾. É tendência irreversível que se deve relacionar com circunstâncias históricas e com medidas implícitas e/ou explícitas de políticas que vieram ou visaram a afetar a natureza, distribuição e evolução da produção.

Não é possível deixar de reconhecer os benefícios associados à predominância urbana de localização da população. Isto é tanto mais significativo no caso de uma Região das dimensões do Nordeste, na qual as atividades não-agrícolas — inclusive as de natureza social (educação, saúde, etc.) e administrativas — quase que por uma contingência econômica são como que impelidas e beneficiadas, entre outras coisas, pelas economias externas, de escala e de distribuição permitidas pela concentração e complementaridade espacial entre atividades econômicas e unidades produtivas. Outros benefícios que também deveriam ser considerados se referem a oferta de mão-de-obra barata nas áreas mais dinâmicas, e efeitos consequentes sobre a acumulação e a competição nos mercados internos e externos; alívio à pressão demográfica em áreas densamente povoadas, possibilitando, inclusive, introdução de tecnologias mais modernas e aumentos de produtividade no setor agrícola; difusão da modernização e do desenvolvimento a partir das cidades, etc. . . .

Não obstante, geram-se paralelamente preocupações quanto ao volume, ritmo, natureza e características do crescimento demográfico e/ou dos fluxos migratórios que se vêm orientando “espontaneamente” para as grandes cidades: crescimento vertiginoso de favelas e de necessidades de infra-estrutura, de serviços urbanos, de educação, de saúde e de provimento de empregos produtivos para uma população adicional, e/ou para uma mão-de-obra despreparada que, em grande parte, passa a participar do processo econômico, muito mais como consumidora do que como produtora de bens e serviços urbanos, etc. . . . Outras preocupações dizem respeito à acentuação dos desequilíbrios setoriais e regionais, decorrentes da transferência de recursos humanos mais produtivos (os jovens, os fisicamente vigorosos, os mais educados ou treinados, os mais talentosos, etc. . . .) e de riqueza e poupança das áreas, cidades ou regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas. Daí se derivam argumentos e justificativas no sentido de se proceder à intervenção governamental planejada, visando à orientação da urbanização regional. Eles assumem maior consistência na medida em que se deixam de pautar

por "rationale" de natureza puramente econômico-quantitativa e passam a incluir considerações, critérios e objetivos de natureza econômico-qualitativa, de justiça social, de estabilidade política, de segurança nacional, etc. . . .

Não é possível deixar de reconhecer a necessidade de uma maior e cada vez mais clara explicitação no planejamento econômico e social do País e de suas regiões, de uma dimensão "espaço" para a variável demográfica. Isto se relaciona à própria essência da problemática urbana regional, que se reflete na necessidade de considerar estratégia ou estratégias que, visando à solução dos principais problemas com que já se defrontam as grandes — e já, talvez, as médias — cidades, não venham a inibir a urbanização e a própria eficiência de um modelo que tem no desenvolvimento econômico uma meta prioritária.

No que interessa mais especificamente ao tema do presente documento, cumpre advertir também que não se deve perder de vista o fato de ser a migração interna sensível, praticamente, a toda medida de política econômica e social, e que os efeitos dessas medidas não raramente se apresentam defasados no tempo. Tais medidas, portanto, devem ser tomadas de forma a se evitem conflitos e efeitos contraditórios, o que significa a própria necessidade de se continuar procurando conhecer mais profundamente o fenômeno das migrações internas nas suas relações de causa e efeito com o desenvolvimento econômico e social, e com as mutações associadas nas aspirações e comportamento dos indivíduos e grupos familiares.

NOTAS

- (1) Ver, a propósito, *Plano Anual de Trabalho da Subsecretaria de Pesquisa e Programação do MINTER*, Brasília, 1973, notadamente item 6.4.3, pág. 63.
- (2) Seria desejável classificar os migrantes segundo intervalos de permanência menos abrangentes, sobretudo com respeito a migrantes recentes, supostamente ainda não adaptados ou fixados nas áreas de recepção. Isto não ocorreu devido à substancial redução na confiabilidade estatística da amostra que fatalmente ocorreria se se procedesse a detalhamento excessivo dos contingentes observados.
- (3) Segundo a conceituação censitária, se acham incluídos entre os naturais os reemigrantes, isto é, pessoas que após realizarem pelo menos um deslocamento, retornaram e residiram no município de nascimento em que foram recenseados em 1970.
- (4) Cfe. Naciones Unidas, *Manual VI — Métodos de Medición de la Migración Interna*, ST/SOA/Série A/47, N. York, 1972, pág. 8.
- (5) Carmen Suzana Holder et al., *Projeções da População do Nordeste Brasileiro — 1975/1990*, SUDENE/AT, Recife, out. 1972, Tabela 4.2.1., pág. 15.
- (6) Notar que o conceito de quadro urbano aqui adotado é bastante abrangente, incluindo também pequenas vilas e cidades que não raramente constituem meras extensões dos quadros rurais propriamente ditos.

- (7) *Cidades e vilas classificados segundo o tamanho* apresentado num determinado ano, no caso 1970. Ver, a propósito, Hélio A. de Moura et al. **"Crescimento da População Urbana do Nordeste — 1940/70"**. *Revista Econômica do Nordeste*, ano V, n.º 18, out./dez 1973.
- (8) Estimativa feita pelo método dos resíduos. Ver, a propósito, Hélio A. de Moura, **"As Variações Migratórias no Nordeste, 1940/70"**, *Revista Econômica do Nordeste*, ano IV, n.º 14, out./dez 1972.
- (9) Ver a propósito, Hélio A. de Moura e José Olímpio Coelho, **Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste, Intensidades e Características Demográficas**. Tabela 7, ainda inédito, estudo do qual o presente documento apresenta um sumário das principais constatações.
- (10) Ver, a propósito, F. IBGE, **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**, Rio, 1972.
- (11) Até fins da década passada, mais de uma terça parte dos investimentos em todos os projetos (e proporção menor se considerados somente novos projetos) se concentrou no Estado da Bahia. Cf. Goodman, D. E., Albuquerque, Roberto C., **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste**, IPEA/INPES, Rio, 1974, Tabela IX.28, pág. 285.
- (12) Inclusive quadros urbanos dos municípios de Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, no caso de João Pessoa, e Macaíba e Parnamirim no de Natal.
- (13) Estabelecimento de Educação de nível superior constitui um exemplo marcante.
- (14) Registraram-se taxas da ordem de 4,5%, 4,8% e 6,0% com respeito ao crescimento geométrico anual, 1960/70, das populações urbanas do Recife, Salvador e Fortaleza, respectivamente.
- (15) Exclusive os 3 municípios de recepção considerados.
- (16) Em cada um dos 3 casos, o próprio Estado no qual se situa o município que se estiver considerando.
- (17) População natural do município mais não-naturais residentes no município há mais tempo que o do período considerado para observação (década ou quinquênio).
- (18) Dados obtidos após a elaboração deste documento, disponíveis a nível do conjunto de municípios da área metropolitana do Recife, indicam que 72% da PEA migrantes feminina com menos de 2 de residência se dedicava à prestação de serviços propriamente ditos e confecções. Para a PEA migrante feminina com 2 a 5 anos de residência esse percentual declinou para 63%, e para 55% e 49% com relação à PEA migrante feminina com residências declaradas entre 6 a 10 anos e 10 anos a mais, respectivamente. Para o contingente natural, a percentagem se situou em 44%. Simultaneamente, cresceu com o tempo de residência das participações nas atividades sociais e do comércio de mercadorias como outros principais setores da absorção da mão-de-obra feminina.
- (19) Notar que a taxa de crescimento geométrico anual do saldo de nordestinos naturais ausentes do sexo feminino foi superior à do respectivo contingente masculino durante o período 1940/70: 7,7% e 6,3%, respectivamente. Cf. Hélio Augusto de Moura, **"As Variações Migratórias no Nordeste — 1940/70"**. *Revista Econômica*, n.º 14, out./dez. 1972, Tabela I, pág. 22.
- (20) Sobre hierarquia urbana. Ver F. IBGE-IBG. **"Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas"**, Rio, 1972.
- (21) Ver, a propósito, Hélio A. de Moura, **"Crescimento da População Urbana do Nordeste — 1940/70"**, *Revista Econômica*, ano V, n.º 18, out./dez. 1973.
- (22) No contingente não-migrante da segunda metade da década também se incluem pessoas que imigraram no quinquênio 1960/65.
- (23) Ver, a propósito, Hélio A. de Moura et al. **"Crescimento da População Urbana do Nordeste"**. *Revista Econômica*, ano V, n.º 18, out./dez. 1973, Tabela 5, pág. 65.

SUMMARY

In the Northeast, like everywhere in Brazil, internal migrations have been achieving increasing importance. By the occasion of the Census of 1970, about one fifth of the regional population was living outside the countries of origin. The difference between the urban and rural rates of demographical growth during the last decades points out the intensity and the sense of the motions in the Region.

The migratory phenomenon is, basically, a redistribution of human resources resulting of different opportunities presented by specific areas. The importance of this fact is given by the several and complex implications and consequences that take place on the demographical, economic and social panorama of the emissary area as well as the migratory receptive area.

This study presents the qualification and the demographical characteristics of the contingents that immigrated in the nucleus-countries of the three metropolitan areas of Northeast — Recife, Salvador and Fortaleza — during the 1960/70 decade according to each of their group of five years.

The group of control is represented by the non-immigrant contingent in relation to which one observes the existence or not of differences of characteristics in the immigrant contingent. Also one estimates the specific rates of migratory intensity by sex and age, in order to recognize the relative repercussion directly caused by internal migration over the populations of the destination areas. Similarly, one calculates the rates of emigratory intensity related to the population of the areas of origin, aiming to appreciate the attraction of the place of destiny over the origin.

SUMÁRIO

No Nordeste, como de resto no Brasil, as migrações internas vêm assumindo importância crescente. Por ocasião do Censo de 1970, cerca de uma quinta parte da população regional se achava presente em municípios outros que não os de nascimento. As próprias diferenças entre as taxas de crescimento dos efetivos demográficos titularmente urbanos e rurais das últimas décadas refletem a intensidade e sentido desses movimentos na Região.

O fenômeno migratório constitui, basicamente, uma redistribuição dos recursos humanos, decorrente de diferenças de oportunidade prevalentes em áreas distintas. Isto assume importância pelas múltiplas e complexas implicações e consequências de natureza a mais variada, que se consubstanciam e/ou se refletem nos quadros demográfico, econômico e social, tanto das áreas de emissão como das áreas de recepção migratória..

Esse estudo apresenta a quantificação e as características demográficas dos contingentes que imigraram nos municípios-núcleos das três áreas metropolitanas do Nordeste — Recife, Salvador e Fortaleza — durante a década 1960/70 e segundo cada um dos seus respectivos quinquênios.

O grupo de controle é representado pelo contingente não-migrante, com relação ao qual se observa a existência ou não de distinções nas características dos contingentes imigrados, e se calculam taxas de intensidade imigratória específicas por sexo e idade, com o fim de mensurar a repercussão relativa diretamente exercida pela migração interna sobre as populações das áreas de destino. Paralelamente, calculam-se taxas de intensidade emigratória relacionadas às populações das áreas de procedência, com vistas a obter alguma medida da atração que o local de destino exerce sobre a origem.